

UMA ABORDAGEM CONSTRUCIONAL DA ANTROPONÍMIA BRASILEIRA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

Juliana Soledade¹

Natival Almeida Simões Neto²

1 INTRODUÇÃO

A Onomástica pode ser definida, nos termos de Ullmann (1987), Carvalhinhos e Antunes (2007) e Seide (2013), como a área dos estudos lexicológicos que se interessa pela investigação dos nomes próprios, dividindo-se em dois grandes macrocampos: a Toponímia (nomes de lugares) e a Antroponímia (nomes de pessoas).

A Lexicologia tradicional procurou delimitar os estudos onomásticos, não só pela compreensão de que havia um objeto observacional diferenciado, os nomes próprios, mas também porque se norteou pelo entendimento de que o léxico onomástico era diferente do léxico comum, pelo fato de os nomes próprios serem opacos de significado ou de um conceito (ULLMANN, 1987).

A premissa do nome próprio sem significado tem sido, cada vez mais, desconstruída pelos pesquisadores de Onomástica, como observam Carvalhinhos e Antunes (2007). Isso se deve às próprias agendas de pesquisa que esses estudiosos vêm estabelecendo, o que inclui a recuperação de formas e significados etimológicos, a motivação da nomeação, aspectos de categorização e conceptualização, entre outros pontos que dialogam fundamentalmente com a Semântica.

Um fato que merece destaque nos estudos onomásticos, pelo menos em se tratando de Brasil, é o grande investimento em estudos de Toponímia, em detrimento de uma menor quantidade de estudos antroponímicos. Seide (2013) comenta que os estudos brasileiros de Toponímia já apresentam uma metodologia consolidada, pois grande parte deles se insere no

¹ Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (2005). É Professora Associada da Universidade Federal da Bahia, alocada, atualmente, na Universidade de Brasília. E-mail: julisoledade@gmail.com.

² Mestre em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (2016), Atualmente, é doutorando na mesma universidade, recebendo bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia. Está como professor substituto na Universidade Estadual de Feira de Santana. E-mail: nativalneto@gmail.com.

Atlas Toponímico do Brasil, projeto iniciado pela professora Maria Vicentina Dick, nos anos 1990. A Antroponímia ainda não teria, segundo Seide (2013), um projeto sólido e, ao que parece, a atribuição de antropônimos no Brasil é marcada por lógicas muito mais imprevisíveis que a dos topônimos. Em termos de pesquisa, podemos entender que não se sabe exatamente para onde os resultados dos estudos antroponímicos poderão nos levar.

Atualmente, no Brasil, a professora Juliana Soledade, pesquisadora atuante na Universidade Federal da Bahia e na Universidade de Brasília, está coordenando o projeto *Dicionário de Nomes em Uso no Brasil*, que traz um grupo de pesquisadores de universidades nacionais e estrangeiras. É no âmbito desse projeto que este trabalho se insere. Procuraremos, ao longo do texto, apresentar alguns trabalhos realizados por membros da nossa equipe. Todos os trabalhos apresentados fazem uma interface entre Antroponímia, Etimologia e Morfologia e utilizaram a Morfologia Construcional como aporte teórico para a descrição de aspectos morfológicos.

Encerrada a primeira seção, com as considerações iniciais, o trabalho passa a se estruturar da seguinte maneira: (i) a seção 2 introduz a antroponímia como objeto de estudo e explica como ela pode ser trabalhada em uma perspectiva construcional dos estudos da linguagem; (ii) a seção 3 contextualiza o projeto *Dicionário de Nomes em Uso no Brasil* na história dos estudos antroponímicos de língua portuguesa; (iii) a seção 4 apresenta quatro trabalhos desenvolvidos por pesquisadores do supracitado projeto, utilizando a Morfologia Construcional como aporte teórico; (iv) a seção 5 faz as considerações finais, seguidas das referências.

2 A ANTROPONÍMIA COMO OBJETO DE ESTUDO E A INTERAÇÃO COM A PERSPECTIVA CONSTRUCIONAL DO LÉXICO

Como dito anteriormente, a antroponímia não tem recebido vultosa atenção entre os investigadores da onomástica, contudo, a dificuldade aventada acerca do estudo dos nomes de pessoas passa mais pela visão filosófica que se perpetuou ao longo dos estudos linguísticos acerca do processo de nomeação. Autores como Mill (1973), Ullman (1987) e Dauzat (1934) abordaram a questão do nome próprio em termos da relação conotação-denotação referencialidade-identificação/distinção e semanticidade-opacidade.

Com o aporte teórico da Linguística Cognitiva, passamos a entender que nenhuma construção linguística é desprovida de significação (e/ou função) e que, portanto, nomes

próprios poderiam ser analisados, sob essa perspectiva, como passíveis de comportar o pareamento entre forma e significado.

Esse novo modo de pensar os nomes próprios vai entrar em confronto direto com o que propôs Mill, ao dizer que um indivíduo é chamado *João* por uma livre escolha de seus pais que assim resolveram chamá-lo, para distingui-lo das demais pessoas e que, em princípio, o indivíduo nomeado poderia receber qualquer outro nome sem prejuízo de sua própria natureza, pois o nome *João* não nos informaria nada acerca de sua natureza. Além disso, o autor não nega possíveis motivações para atribuição dos nomes próprios:

Um homem pode se chamar João porque esse era o nome de seu pai; uma vila pode se chamar Dartmouth porque está situada na embocadura do rio Dart. Não há, porém, nada na significação da palavra João que implique que o pai do indivíduo assim chamado também possua esse nome; nem, tampouco, na palavra Dartmouth que esta vila esteja situada na desembocadura do rio Dart. Se a areia viesse a obstruir a desembocadura do rio (...), nem por isso nome da vila mudaria necessariamente. (MILL, 1973, II. p.5)

O olhar cognitivista sobre os pressupostos millianos será no sentido de confrontá-los em três aspectos centrais. Primeiro, ao atribuirmos a alguém o nome *João*, ou ao dizermos que conhecemos um *João*, ninguém imaginará que se trate de uma pessoa do sexo feminino, portanto, *João* possui o atributo de informar alguma coisa sobre a natureza do ser nomeado, além disso, considerando o cenário em termos mais complexos, sociológica e psicologicamente, receber outro nome qualquer, pode sim afetar a natureza do nomeado. Imagine-se, por exemplo, o caso de nomes vexatórios, como *Bucetildes*, *Restos Mortais de Catarina*, *Maria Privada de Jesus*.

Segundo, os nomes próprios estão intimamente entranhados no aspecto pragmático da linguagem, ao se referir a *João*, no discurso, o enunciador e, muito provavelmente, o(s) interlocutor(es) possuem um conjunto bastante extenso de informações sobre o indivíduo nomeado, isso porque, na cena em que se processa o discurso, ao ser enunciado *João* é ativada toda uma complexa rede de conhecimento armazenado sobre o sujeito *João*, que podemos denominar de frames. Esses frames provavelmente não serão idênticos na mente de diferentes sujeitos, no frame da mãe de *João* estará uma série de conhecimentos complexos que serão em grande medida distintos dos conhecimentos que o frame da esposa de *João* aciona.

Por fim, a questão da motivação; muitos nomes próprios, sobretudo os topônimos, estão relacionados com projeções metonímicas (como o caso de *Dartmouth*) ou metafóricas (como prenomes como *Linda*, *Brisa*, *Sol*, *Rosa*, etc.). Nesses casos, embora os objetos da nomeação não sejam capazes de reproduzir objetivamente os atributos dos referentes com que se relacionam, jamais poderão se descolar absolutamente do significado destes. Trocadilhos

do tipo: *apareceu Aparecida; uma rosa para Rosa; eu corto árvores, o Tony, Ramos* deixam claro que os falantes são capazes de recuperar e relacionar o sentidos dos nomes comuns aos próprios.

Mas se pode argumentar que a grande maioria dos nomes próprios de pessoa não possui relação com nomes comuns, pelo menos uma relação que seja facilmente recuperada – a chamada questão da opacidade semântica ou esvaziamento semântico. Entra, então, em jogo o aspecto histórico da língua, outro ponto em que a linguística cognitivista nos coloca a refletir. Se considerarmos a historicidade das línguas – fato científico inegável, podemos admitir que todos os nomes próprios tradicionais em algum momento no passado tiveram uma relação explícita com os nomes comuns (*Pedro* ‘Pedra’; *Adalberto* / *Adal-* ‘nobre’ –*berth* ‘brilhante’). O fato de, hoje, já não ser possível admitir que os falantes tenham conhecimento dessa associação, não faz dos antropônimos, por natureza, elementos linguísticos assemantizados.

Por outro lado, o fato de que, para a grande maioria dos falantes, a relação entre os nomes próprios tradicionais e seus correspondentes no léxico comum se perdeu é o que possibilitou a formação de antropônimos neológicos no Brasil, que aparentam ter relação apenas com a forma dos nomes e nenhuma com seus sentidos. Mas isso também poderá ser ponderado do ponto de vista pragmático. Por exemplo, tivemos conhecimento de uma jovem denominada de *Jessicleide* e perguntamos a sua mãe o que motivou a escolha do nome, ao que fomos esclarecidos de que a informante tinha uma filha mais velha chamada *Jéssica* e que ela própria se chamava *Cleide*; entendemos, então, que ao atribuir a filha mais nova o nome *Jessicleide* de algum modo se desejava projetar sobre o indivíduo nomeado os sentidos que a irmã e a mãe têm na cena familiar, similarmente ao processo que almejava projetar os sentidos de nomes e adjetivos na antroponímia germânica. Outro caso diz respeito a uma mulher cujo nome é *Ene*, perguntado ao seu pai o motivo do nome, respondeu o mesmo que se referia à incógnita da matemática e que se fosse menino se chamaria *Xis*; todos os filhos desse pai possuem nomes neológicos, o que ele justifica em face da busca pela unicidade. Para além disso, destaca-se no Brasil atual, um fenômeno de nomeação que passa pela recuperação do significado do nome. Esse fenômeno se dá, sobretudo, entre adeptos de igrejas ditas neopentecostais ou evangélicas. Esses indivíduos buscam nomes bíblicos para seus filhos com base nos sentidos que eles apresentariam historicamente. Destarte, por mais que seja impossível ao investigador encontrar nas motivações e nas relações pragmáticas o sentido de todos os nomes neológicos criados do Brasil, é bastante importante admitir que, em sua

grande maioria, existe um sentido que subjaz na motivação e na cena pragamático-discursiva em que se dá a criação.

Alguns trabalhos mais recentes de Antroponímia, ancorados na interface com a Linguística Cognitiva, têm buscado discutir a questão da semântica/motivação dos nomes próprios de forma a atenuar os limites entre léxico comum e léxico antroponímico. Exemplos são: (i) Teixeira (2007), que analisou os mecanismos metafóricos e metonímicos atinentes à atribuição de alcunhas em uma comunidade portuguesa; (ii) Lopes e Ferreira (2018), que estudaram os aspectos semântico-cognitivos na atribuição de nomes na comunidade indígena Parkatejê; (iii) Simões Neto e Soledade (2018), que discutiram mudanças construcionais em relação aos nomes $[[X]-son]_{NP}$ no português do Brasil, considerando que esse esquema era formador de patronímicos no inglês.

Ao constatarmos o caráter neológico da antroponímia brasileira, pudemos perceber padrões construcionais que permitem a formação de novos prenomes no país. Partindo do pressuposto de que esquemas construcionais são adquiridos através de generalizações sobre instanciações plenamente especificadas (BOOIJ, 2010), depreendemos, em relação aos antropônimos, que após a incorporação ao acervo lexical de nomes tradicionais como *Adalberto*, *Alberto*, *Roberto*, os falantes do português brasileiro teriam generalizado o seguinte esquema:

$$[[X_{FA} - berto_{FA}]_{NP} \leftrightarrow [\text{nome de pessoa do sexo masculino associado a } X_{FA}]_{NP}^3$$

Assumimos, aqui, que foi a depreensão desse esquema que permitiu a construção de nomes próprios neológicos, como *Diberto*, *Igoberto*, *Joseberto*, *Mariberto*, *Rosiberto*⁴, entre outros.

Em suma, é com base nesses pressupostos e reflexões que têm sido desenvolvidos pesquisas individuais e coletivas acerca da antroponímia que visam embasar a construção do *Dicionário de Nomes em Uso no Brasil*.

3 CONTEXTUALIZANDO O DICIONÁRIO

A elaboração do *Dicionário de Nomes em Uso no Brasil* visa dar conta de uma lacuna acerca da onomástica brasileira que, se permitirmos, virá a se tornar secular. Especificamente, em relação às obras lexicográficas mais completas referentes aos antropônimos, podemos

³ As siglas usadas nesses esquemas correspondem a: FA – formativos antroponímicos; NP – nomes próprios.

⁴ Todos os nomes citados foram encontrados em registros do IBGE

mencionar apenas o *Dicionário etimológico da língua portuguesa*: nomes próprios, do brasileiro Antenor Nascentes, datado de 1952, e o *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*, de José Pedro Machado, português, de 1981. Em nenhuma dessas duas obras, pode-se ver retratado o rumo muito peculiar que o processo de nomeação ao indivíduo acabou por tomar no Brasil.

O projeto, contando com dados disponibilizados pelo IBGE (a partir do Censo 2010, na plataforma *Nomes no Brasil*), pretende oferecer para a população brasileira um dicionário que retrate a antroponímia em uso no nosso país e, para a comunidade acadêmica, uma descrição, em bases científicas, do nosso sistema antroponímico.

Embora se comprometa a descrever os nomes tradicionais em uso, o objetivo central do projeto diz respeito à necessidade de incluir os nomes inovadores, uma vez que a neologia é uma das principais características do nosso sistema antroponímico.

As motivações para o incremento acentuado da neologia antroponímica ao longo do século XX ainda é um aspecto que demanda maiores investigações, mas nossas pesquisas apontam para uma forte relação com alguns aspectos socioculturais importantes. Em primeiro lugar, nasce, após a abolição da escravatura, uma massa populacional em busca de uma construção identitária particular, pois não se reconhece na matriz branca opressora que sempre a nomeou, responsável pela expropriação de seus nomes originais, de sua cultura, de sua língua. Portanto, é em busca dessa nova identidade própria, que esses brasileiros afrodescendentes vão procurar novas formas de nomeação que as desvinculem do seu passado de submissão à tradição branca cristã. Em fins do século XIX, o fluxo intenso de imigração trará ao país uma população adepta de outras religiões que não o catolicismo, isso gerará uma demanda por um registro civil desvinculado da Igreja, como até então era a praxe.

Assim, os registros de nascimento, casamento e óbito passam a ser regulados pelo Estado e em janeiro de 1889, através do Decreto no. 10.044, todos os municípios do país deveriam passar a ser dotados de, pelo menos, um ofício do registro civil, minimizando o papel da igreja católica na influência sobre a nomeação. A difusão dos cartórios para fins de registro civil, certamente, possibilitou ao cidadão uma maior liberdade para a escolha do nome com o qual registraria os seus descendentes.

Sejam quais forem os motivos que determinaram o surgimento e difusão do fenômeno neológico entre os prenomes brasileiros, o *Dicionário de Nomes em Uso no Brasil* pretende dar conta também dessa camada inovadora que, a nosso ver, vem percorrendo dois sentidos distintos: 1) um caminho fruto do contato linguístico cultural ou *in loco* com outras línguas; 2) um caminho de criação vernacular que passa por vários mecanismos: desde a transposição

de nomes da esfera do léxico comum para o léxico onomástico, passando por processos concatenativos tradicionais de formação de palavras até processos não concatenativos. O Brasil inovou o seu quadro onomástico pessoal em diferentes perspectivas e os materiais lexicográficos que temos disponíveis hoje não chegam nem perto do que seja o cenário dos prenomes em uso no país atualmente.

Muito embora a antroponímia seja um campo privilegiado de investigação linguística porque provoca a inter-relação entre questões de ordem social, cultural, histórica, semântica e etimológica, pode-se considerar ainda relativamente parco o conhecimento acadêmico que se tem acerca do léxico onomástico pessoal e, mais precisamente, da antroponímia brasileira, que, por sua vez, possui características bem peculiares. O projeto segue uma metodologia baseada em pressupostos da lexicografia, lexicologia, onomástica e morfologia, uma vez que, para além de dar conta dos nomes em uso no Brasil, o projeto também visa oferecer uma lista de entradas referentes aos formativos mais recorrentes para a formação de nomes neológicos no país, descrevendo o seu comportamento genolexical, seu étimo e sua produtividade.

Para embasar a elaboração do *Dicionário* estamos desenvolvendo uma série de estudos que visam elucidar os processos construcionais que afetam particularmente a nossa antroponímia. Sobre alguns desses estudos é que trataremos na próxima subseção.

4 ESTUDOS CONSTRUCIONAIS DA ANTROPONÍMIA BRASILEIRA NO ÂMBITO DO DICIONÁRIO DE NOMES EM USO NO BRASIL

Nesta subseção, retomaremos os trabalhos de Rodrigues (2016), Lopes, Rodrigues e Soledade (2017), Simões Neto e Soledade (2018) e Soledade (2018), integrantes do *Dicionário de Nomes em Uso no Brasil*, que usaram a Morfologia Construcional para a análise de neologismos antroponímicos.

4.1 FORMATIVOS DE ORIGEM GERMÂNICA EM ANTROPÔNIMOS NEOLÓGICOS DO BRASIL

A primeira investigação de antroponímia em abordagem construcional, entre os integrantes do projeto *Dicionário de Nomes em Uso no Brasil*, aconteceu em 2016 e funcionou como uma mola propulsora para a idealização do dicionário e para a elaboração dos trabalhos seguintes. Trata-se do trabalho de conclusão de curso de Letícia Rodrigues

(2016), intitulado “Neologismos antroponímicos com base na utilização de formativos germânicos no Brasil”.

Nessa monografia, Rodrigues (2016) analisou nomes neológicos brasileiros que retomam o padrão construcional da antroponímia germânica, valendo-se inclusive dos seus formativos. A autora trabalhou com nomes como *Edemario*, *Edenildo*, *Edenilton*, *Ederaldo*, *Ederval*, *Edinaldo*, *Edmagno*, *Ivanilda*, *Ivanildes*, *Jailza*, *Joelza*, *Josenilda*, *Gilsimar*, *Lucimar*, *Neomar*, obtidos em uma lista de aprovados no vestibular da Universidade Federal da Bahia, de 2005, ano em que a instituição acatou as cotas sociais no seu processo seletivo.

A análise de Rodrigues (2016) consiste em observar os seguintes padrões: (i) a recorrência de um formativo antroponímico; (ii) a frequência de uma posição na estrutura mórfica (inicial, medial ou final); (iii) a criação de nomes marcados ou não quanto ao gênero dos designados, admitindo nomes prevalentemente masculinos, prevalentemente femininos, e aqueles que são oscilantes ou imprecisos quanto a essa questão.

Feitas essas constatações, a autora propôs esquemas construcionais para os nomes trabalhados. Alguns deles foram:

- (1) [ED(i/e)-X]_{NP} ↔ [nome de pessoa]_{NP}
- (2) [Franci(s)-X]_{NP} ↔ [nome de pessoa]_{NP}
- (3) [X-aldo/X-naldo/X-valdo]_{NP} ↔ [nome de pessoa do sexo masculino]_{NP}
- (4) [X-mara(es)]_{NP} ↔ [nome de pessoa do gênero feminino]_{NP}

Os esquemas (1) e (2) se referem a formativos recorrentes na primeira posição, dando origem a nomes como *Edemario*, *Edenildo*, *Edivalda*, *Francinaldo*, *Franciane* e *Franciele*. Uma vez que, nesses esquemas, são abarcados tanto nomes masculinos quanto femininos, Rodrigues (2016) opta por colocar a informação de ‘nome de pessoa’ na contraparte semântico-categorial.

Isso é diferente do que ocorre com os esquemas (3) e (4). O esquema (3) instancia nomes apenas masculinos, como *Florisvaldo*, *Ednaldo*, *Lenivaldo*, *Elivaldo* e *Rosinaldo*, ao passo que o (4) instancia apenas femininos, como *Damares*, *Gilmara*, *Josimara*, *Lucimara* e *Nilmara*.

A apreensão desses esquemas por Rodrigues (2016) dá o *start* para a compreensão de que, do ponto de vista cognitivo, nomes próprios e nomes comuns não funcionam diferentemente. Essa hipótese continuará a ser explorada em trabalhos posteriores.

4.2 O LEGADO GERMÂNICO NA ANTROPONÍMIA NEOLÓGICA DO PORTUGUÊS DO BRASIL

Nesse artigo de Lopes, Rodrigues e Soledade, de 2017 (que está no prelo dos *Anais do IV Congresso internacional de linguística histórica*), os autores, partindo do trabalho de Rodrigues (2016), foram mais além, trazendo para o debate algumas questões que não tinham sido exploradas no estudo anterior.

Primeiro houve o aprofundamento da recorrência de estruturas bitemáticas, com base na hipótese da influência do modelo de construção dos antropônimos de origem germânica sobre os nomes neológicos no Brasil:

No que diz respeito aos prenomes de caráter neológico vernacular no Brasil, é patente a recorrência de estruturas bitemáticas, tanto com o emprego de temas do léxico comum, a exemplo de *Brisamar* (1), *Luzimar* (36), *Mariluz* (5), *Rosafior* (2), *Rosaluz* (2), quanto com o emprego de formativos próprios do sistema onomástico pessoal, como *Cristinaldo* (23), *Carlealdo* (2), *Francleide* (41), *Julisson* (5), *Narajulia* (2), *Analice* (54); ou ainda, através de combinações de temas comuns com formativos antroponímicos, como *Analuz* (13), *Flormaria* (6), *Luzana* (5) e *Luzemilia* (1). (LOPES, RODRIGUES, SOLEDADE, 2016, p. 2 [no prelo])

Segundo, os autores exploraram com maior vigor a presença de processos não-concatenativos na construção de nomes neológicos:

Do ponto de vista dos processos de construção, os prenomes neológicos apresentam significativa variedade de esquemas tanto de natureza concatenativa (utilizando elementos cujo estatuto morfológico já está convencionalizado na língua) quanto de natureza não concatenativa (utilizando formativos oriundos de partes de vocábulos – comuns ou próprios – que não são reconhecidos na língua como componentes mórficos). (LOPES, RODRIGUES, SOLEDADE, 2016, p. 4 [no prelo])

Foram incluídos, além dos processos analisados por Rodrigues (2016), a análise de *blends*, como *Adilan*, *Edívia*, *Julícia*, *Orlângela*, *Valdilane* e de *splinters*, como *Franc(i)-*, *Francitônia*, *Franciele*, *Francineide* etc.

Por fim, é nesse estudo que se inicia a nossa incursão pelos aspectos sócio históricos relacionados ao surgimento e difusão do fenômeno neológico incidente sobre os antropônimos. Dizem os autores:

O neologismo antroponímico no Brasil, ao que indicam as pesquisas empreendidas sobre o tema, é um fenômeno que se apresenta de forma recorrente a partir do segundo quarto do século XX. Quando aceitamos o argumento de que o fenômeno neológico da antroponímia brasileira começa a se generalizar no segundo quartel do século XX, isso acontece por conhecimento de alguns dados importantes: 1) primeiro, o estudo de *corpora* datados anteriormente a esse período não revela número significativo de nomes neológicos que nos leve a considerar a relevância do fenômeno antes do século XX; 2) segundo, na base de dados do IBGE, ao verificarmos cerca de duas centenas de nomes cujo caráter foi apontado como inovador, constatamos que seu surgimento está datado, frequentemente, entre as

décadas de 1930 e 1940 e seu ápice de uso se dá nas décadas de 1950 e 1960. (LOPES, RODRIGUES, SOLEDADE, 2016, p. 4 [no prelo])

E passam a propor a hipótese de que a difusão dos nomes neológicos no Brasil, a partir do primeiro quartel do século XX tenha relação com três fatos históricos importantes: a abolição da escravatura, o fluxo de imigrantes para suprir o trabalho escravo e a difusão dos cartórios de registro civil, marginalizando a igreja no processo de nomeação dos indivíduos aqui nascidos. Essa hipótese norteia a elaboração do *Dicionário de Nomes em Uso no Brasil*, como apontamos na seção dedicada ao projeto.

4.3 DE PATRONÍMICOS NO INGLÊS A PRENOMES MASCULINOS NO PORTUGUÊS: O DESENVOLVIMENTO DO ESQUEMA $[[X]-SON]_{NP}$

Simões Neto e Soledade (2018) analisaram os nomes *X-son* em listas de aprovados do vestibular da Universidade do Estado da Bahia, dos anos de 2016 e 2017. Os autores constataram que os nomes *X-son* não poderiam ser analisados uniformemente, do ponto de vista histórico e construcional.

O ponto de partida, então, foi a observação de nomes *X-son* que tinham origem no inglês, como *Alisson, Robson, Edson, Wilson, Nelson, Jackson, Hudson, Ericsson* etc. Na língua inglesa, esses nomes *X-son*, e também os *X-sen*, eram inicialmente ‘patronímicos’, elemento da frase antroponímica que marca relações entre pai e filhos, de forma que *Jackson* era o filho de *Jack*, assim como *Ericsson* era filho de *Eric*. Essa estratégia se perdeu na história do próprio inglês e os *X-son* passaram a funcionar como sobrenomes comuns – nome de família, na língua contemporânea. Nesse sentido, os autores propuseram a mudança construcional, representada a seguir:

(A) $[[Xi]_{NP} -son/sen]_{NP} \leftrightarrow [‘filho de’ Xi]_{NP}$



(B) $[[Xi]_{NP} -son/sen]_{NP} \leftrightarrow [sobrenome\ comum\ originalmente\ relacionado\ Xi]_{NP}$

Quando esses sobrenomes entraram para o léxico do português brasileiros foram recategorizados como prenomes. Isso, segundo Mexias-Simon e Mattos (2004), pode estar relacionado ao fato de os anglofalantes tenderem a se tratar, em contextos mais formais, pelos

sobrenomes e os brasileiros terem os interpretado como prenomes. Isso implica em uma nova mudança construcional:

(B) $[[X_i]_{NP} \text{-son/sen}]_{NP} \leftrightarrow [\text{sobrenome comum originalmente relacionado } X_i]_{NP}$



(C) $[[X_i\text{-son}]_{NP} \leftrightarrow [\text{nome de pessoa do gênero masculino associado a formativo } X_i]]_{NP}$

A apreensão de um esquema como em (C), segundo Simões Neto e Soledade (2018), permitiu a criação de brasileirismos como *Frenisson*, *Gledson*, *Gilson*, *Jandesson*, *Deivson*, *Martson*, entre outros.

Além desses, os autores perceberam novos padrões construcionais da antroponímia brasileira, decorrentes de processos de *splinter* morfológico. São os casos de nomes *X-elson/-ilson* e *X-erson*. Para Simões Neto e Soledade (2018), a frequência de nomes como *Nelson*, *Wilson*, *Anderson* e *Jefferson* pode ter dado origem a nomes que tomam as terminações já referidas como elemento formativo para a construção de novos nomes, como *Deiverson*, *Kleverson*, *Esteferson*, *Jamerson*, *Adelson*, *Denilson*, *Dielson*, *Deilson*, *Gidaelson*, *Ronielson* etc.

Com essa pesquisa, os autores aproximam ainda mais o léxico antroponímico do léxico comum, pois conseguem trazer informações sobre um possível primeiro registro do nome no Brasil, mostrando que, assim como os nomes comuns, os nomes próprios operam com base em modelos abstraídos de nomes já existentes.

4.4 A HIPÓTESE DA PREVALÊNCIA DE CONSTRUÇÕES BIFORMATIVAS EM PROCESSOS CONCATENATIVOS E NÃO CONCATENATIVOS NA FORMAÇÃO DE ANTROPÔNIMOS NEOLÓGICOS NO BRASIL

Esse artigo de Soledade (2018), que está em apreciação para publicação, traz importantes aportes da linguística cognitiva para o estudo das formações antroponímicas neológicas. Em sua introdução a autora abordou dois conceitos fundamentais da organização hierárquica do léxico do ponto de vista da cognição: a esquematicidade e a frequência de uso.

Sobre a esquematicidade, com base em Langacker (1987, p. 73-75) e Tuggy (2007, p. 84), dirá:

A esquematicidade é [...] uma das mais centrais capacidades da cognição humana que se constitui através da habilidade de generalização, ou seja, esquemas

linguísticos ou conceituais são extraídos a partir de generalizações que permitem selecionar partes relevantes de uma construção (linguística ou conceitual) e desprezar as menos relevantes. (SOLEDADE, 2018, p. 2)

Desse ponto de vista, a autora propõe que a construção de nomes neológicos com *Ed-*, por exemplo, são possíveis porque os falantes, submetidos a um conjunto amplo de prenomes com esse formativo, são capazes de fazer generalizações das quais abstraem o esquema $[[\text{Ed-X}_{\text{FA}}]_{\text{NP}} \leftrightarrow [\text{nome de pessoa}]_{\text{NP}}$, o qual possibilita criações como *Edcarlos*, *Ednaldo*, *Edneide*, *Edvânia*.

Acerca da frequência de uso, com base em Croft (2007) e Bybee (1995) irá afirmar quanto mais frequente for um constructo linguístico mais entranhado ele estará na gramática da língua e vice-versa. E exemplifica com o formativo *Franc(i)-*, um *splinter* tomado dos nomes *Francisco*, *Francisca* e *Francine*, que pelo alto grau de frequência entre os antropônimos no Brasil, acaba por gerar um esquema extremamente produtivo no português brasileiro, dando origem a nomes como *Francinaldo*, *Francivaldo*, *Francilia*, *Fraciele*, *Franciane*, *Francineide*, *Francivânia*, *Francitônia*, entre outros.

Depois desses aportes teóricos, a autora irá se centrar na análise de exemplos variados, envolvendo processos concatenativos e não-concatenativos de formação de palavras que fornecem fundamentos para a hipótese de que as construções neológicas de prenomes no Brasil segue, preferencialmente, a estrutura biformativa. Em sua conclusão dirá:

Em todo o caso, independentemente do processo por trás das criações desses antropônimos, algumas coisas podemos ter como certeza, a saber: é do conjunto de nomes herdados da tradição portuguesa, e de empréstimos posteriores que se tornaram frequentes, que o brasileiro fará generalizações, permitindo a elaboração de esquemas construcionais antroponímicos que levam em conta a estrutura biformativa como básica. (SOLEDADE, 2018, p.22 [no prelo])

Em suma, esse estudo traz embasamento teórico para as análises que serão empreendidas no *Dicionário de Nomes em Uso no Brasil*, acerca dos processos de formação dos antropônimos neológicos e dos formativos mais recorrentes em esquemas construcionais da onomástica pessoal brasileira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, a Linguística Cognitiva trata a formação de palavras a partir do axioma da centralidade do significado. Essa consideração poderia levar a pensar que a teoria não pudesse ser aplicada às análises dos nomes próprios, haja vista a pressuposição tradicionalmente difundida de que nomes próprios são desprovidos de significado e, portanto, opacizados semanticamente em termos lexicais. Contudo, como foi demonstrado pelos nossos estudos, é inteiramente possível que a visão cognitiva dos processos de formação de palavras seja capaz de contribuir para a descrição dos prenomes neológicos em português. Primeiro, a linguística cognitiva parte de uma concepção de língua baseado no uso, sendo enfatizado o seu aspecto pragmático. Como diz Augusto Soares da Silva:

A Linguística Cognitiva é uma abordagem da linguagem perspectivada como meio de conhecimento e em conexão com a experiência humana do mundo. As unidades e as estruturas da linguagem são estudadas, não como se fossem entidades autônomas, mas como manifestações de capacidades cognitivas gerais, da organização conceptual, de princípios de categorização, de mecanismos de processamento e da experiência cultural, social e individual. (SILVA, 1997, p. 59)

Em segundo, as análises cognitivas de processos genolexicais se desenvolvem a partir da noção de esquemas que fornece explicações plausíveis para a formação de antropônimos neológicos no Brasil, assim como foi discutido por Soledade (2018).

Terceiro, entendemos que itens lexicais podem ser construídos por constituintes que podem ou não receber o estatuto de morfema, incorporando à morfologia as noções de processos não-concatenativos de formação de palavras.

Quarto, ao incorporar o fator frequência como essencial para a generalização e para a produtividade de esquemas, possibilita a compreensão de como é possível instanciar uma série de nomes próprios inovadores com formativos recorrentes dentro do sistema antroponímico.

Sendo assim, fica patente que os pressupostos da linguística cognitiva têm contribuído sobremaneira para os estudos da antroponímia brasileira e, em especial, os prenomes neológicos. Com base nesses estudos, o *Dicionário de Nomes em Uso no Brasil* tem construído um aporte teórico bastante sólido para erigir suas análises acerca dos processos de formação de nomes próprios, bem como para a identificação dos esquemas construcionais mais recorrentes. Desse último aspecto, vem emergindo a criação de verbetes para os formativos antroponímicos mais frequentes na neologia brasileira, que também integrarão a versão final do *Dicionário*.

REFERÊNCIAS

- BOOIJ, Geert. *Construction Morphology*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- BYBEE, Joan L. Regular morphology and the lexicon. *Language and Cognitive Processes*, v. 10, p. 425–55, 1995.
- CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus; ANTUNES, Alessandra Martins. Princípios teóricos de Toponímia e Antroponímia: a questão do nome próprio. In: *XI Congresso Nacional de Linguística e Filologia*. Rio de Janeiro: Cifefil, 2007. v. XI. p. 108-121.
- CROFT, William, Construction grammar. In: GEERAERTS, Dirk e CUYKENS, Hubert. *The Oxford handbook of cognitive linguistics*. New York: Oxford University Press, p. 463-508, 2007.
- DAUZAT, Albert *Où en sont les études de français : les noms de lieux et les noms de personnes (toponymie et anthroponymie)*. Paris : d'Artrey, 1934.
- LANGACKER, Ronald W. *Foundations of Cognitive Grammar*, theoretical prerequisites. v. 1, Stanford: Stanford University Press, 1987.
- LOPES, M.; RODRIGUES, L.; SOLEDADE, J. O legado germânico na antroponímia neológica do português do Brasil. *Anais do IV Congresso Internacional de Linguística Histórica*. Lisboa: Universidade aberta de Lisboa, 2018. [No prelo]
- LOPES, T. T. C.; FERREIRA, M. N. O. Onomástica Parkatejê: aspectos semânticos dos nomes próprios. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 26, p. 1177-1200, 2018.
- MACHADO, José Pedro. *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*. 3 v. Lisboa: Horizonte/Confluência, 1981.
- MEXIAS-SIMON, Maria Lúcia e Oliveira; MATTOS, Aleida de. *O nome do homem: reflexões em torno dos nomes próprios*. Rio de Janeiro: H. P. Comunicação, 2004.
- MILL, J. S.: *System of logic*. in: *The Collected works of John Stuart Mill*. London and Toronto: Routledge and University of Toronto Press, 1973.
- NASCENTES, Antenor. *Dicionário etimológico da língua portuguesa – Tomo II*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1952.
- RODRIGUES, Letícia Santos. *Neologismos antroponímicos com base na utilização de formativos germânicos no Brasil*. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- SILVA, A. S. A Linguística cognitiva: uma breve introdução a um novo paradigma em linguística. *Revista Portuguesa de Humanidades*, v. 1, n. 1-2, p. 59-101, 1997.
- SEIDE, Marcia Sipavicius. Toponomástica e Antroponomástica: paradigmas e métodos. *Confluência*, v. 44/45, p. 165-184, 2013.

SIMÕES NETO, N. A.; SOLEDADE, J. . Nomes masculinos X-son na antroponímia brasileira: uma abordagem morfológica, histórica e construcional. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 26, p. 1295-1350, 2018.

SOLEDADE, Juliana. A hipótese da prevalência de construções biformativas em processos concatenativos e não-concatenativos de formação de antropônimos neológicos no Brasil. Salvador, 2018.

TEIXEIRA, José. Metonímias e metáforas no processo de referência por alcunhas do Norte de Portugal. *Diacrítica*, Série Ciências da Linguagem, Universidade do Minho, Braga, v. 21, n. 1, p. 207-239, 2007.

TUGGY, David. Schematicity. In: GEERAERTS, Dirk e CUYKENS, Hubert. *The Oxford handbook of cognitive linguistics*. New York: Oxford University Press, 2007. pp. 82-116.

ULLMANN, Stephen. Nomes próprios. In: _____ *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. 5 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, pp. 148-165.